

DECLÍNIO RELATIVO DOS ESTADOS UNIDOS? ANÁLISE DA ASCENSÃO DA DESIGUALDADE ECONÔMICA (1980-2021)

Maria Fernanda Santos Guerra de Assis¹

RESUMO

A desigualdade econômica nos Estados Unidos da América é uma pauta que gera grandes discussões e desfechos, tendo em vista a sua ascensão a partir da década de 1980. Dessa maneira, o presente artigo tem como objetivo analisar os efeitos da desigualdade econômica na maior potência mundial, apresentando conceitos importantes para o aprofundamento no tema. Por conseguinte, no primeiro tópico foi realizada a conceituação de desigualdade – e ainda desigualdade de renda e riqueza –, bem como seus efeitos no cenário mundial. Em seguida, o crescimento da desigualdade econômica a partir dos anos 80 é o foco, trazendo dados acerca da acumulação de capital, ascensão do neoliberalismo e a avaliação dos indicadores de desigualdade nos EUA. Por último, o terceiro tópico aborda o tamanho da desigualdade, a qual ocasiona o enfraquecimento da democracia e declínio da superpotência. A partir disso, o estudo observa a veracidade da desigualdade econômica e como em vários aspectos o país enfraquece a partir da mesma.

Palavras-chaves: desigualdade econômica; Estados Unidos; indicadores; renda e riqueza; declínio.

ABSTRACT

Economic inequality in the United States of America is an issue that generates great discussions and outcomes, given its rise since the 1980s. Therefore, this article aims to analyze the effects of economic inequality in the largest world power , presenting important concepts for deeper understanding of the topic. Therefore, in the first topic, the conceptualization of inequality – and also income and wealth inequality – was carried out, as well as its effects on the world stage. Next, the growth of economic inequality since the 1980s is the focus, bringing data on capital accumulation, the rise of neoliberalism and the assessment of inequality indicators in the USA. Finally, the third topic addresses the extent of inequality, which causes the weakening of democracy and the decline of the superpower. From this, the study observes the veracity of economic inequality and how in several aspects the country weakens as a result of it.

Keywords: economic inequality; United States; indicators; income and wealth; decline.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980, observou-se uma enorme eclosão da desigualdade econômica, sobretudo nos Estados Unidos da América. É notável como o país evidencia um dos níveis mais elevados de desigualdade entre os países desenvolvidos, o que pode parecer incoerente, considerando que é conhecido como a terra das oportunidades. Assim, diversos fatores foram responsáveis por esse aumento na desigualdade econômica, como explica Blanchard e Rodrik (2021), em meados do século XX, o papel de guerras, crises e certas políticas – como a do Neoliberalismo, no caso dos EUA – contribuíram para esse aumento da desigualdade entre os indivíduos e, concomitantemente, na disparidade da distribuição de renda.

Portanto, a desigualdade – a qual se caracteriza por uma ausência de equilíbrio entre dois ou mais objetos -, mais especificamente econômica, aborda inúmeras esferas de um Estado e acaba por enfraquecer toda uma estrutura, tendo em vista a ineficiência do funcionamento de uma sociedade desigual (Stiglitz, 2012). Logo, é necessário compreender a dimensão dessa desigualdade e suas esferas, como os efeitos da globalização, disparidades de renda, riqueza, oportunidades e resultados e analisar as sequelas desse problema tanto no âmbito nacional como no internacional. No caso do país escolhido este é o principal foco, visando o título de superpotência mundial que detém influência na maior parte do mundo, tanto como país como participante de organizações internacionais, observando então as duas faces da superpotência: de um lado, o 1% mais rico pouquíssimo afetado pelos efeitos da desigualdade, e do outro, os 50% mais pobres com oportunidade de crescimento e renda excessivamente estagnadas.

Isto posto, o objetivo deste artigo² é estudar conceitos e dados estatísticos que mostram como países com níveis elevados de desigualdade tendem a apresentar desempenho insatisfatório em indicadores de mobilidade social, direitos humanos, segurança, economia, entre outros, quando comparados a nações mais igualitárias. Tendo como grande desafio observar e comparar o país – e seus indicadores - com outras potências, tendo em vista que os ganhos globais de renda e riqueza entre as parcelas mais ricas e pobres da população são extremamente díspares e que o lado menos favorecido segue com um crescimento estacionário.

DESIGUALDADE E SUAS RAMIFICAÇÕES

Praticamente todas as esferas são influenciadas pela desigualdade econômica. “Sociedades amplamente desiguais não funcionam com eficiência e suas economias não são estáveis nem sustentáveis a longo prazo” (Stiglitz, 2012, p. 165). Por esse motivo, é um problema que afeta a sociedade e os países como um todo, e, como expõe Stiglitz (2012), aqueles que se encontram na porcentagem mais pobre acabam pagando um preço muito alto pelos efeitos danosos da desigualdade na economia.

Questões de assimetria e desigualdade moldam o cenário internacional, como também definem as ações dos Estados e, à vista disso:

A interdependência consiste em um processo de redução da independência dos Estados em termos de soberania, ou seja, um processo em que a sobrevivência dos Estados passa a depender menos de seus esforços individuais e mais dos arranjos cooperativos entre as demais unidades (RINALDI, 2014, p. 30).

Em se tratando do Sistema Anárquico, no qual os países estão inseridos, a desigualdade é clara. Os Estados lutam por sobrevivência e, por inúmeros fatores, é dubitável que, em dado momento, haja total igualdade entre eles, dado que “as unidades de tal ordem são então distinguidas primariamente pelas suas maiores ou menores capacidades para desempenhar tarefas similares.” (Waltz, 1979, p. 97).

Por conseguinte, nota-se que as desigualdades fazem parte dos Estados, tanto interna quanto externamente e estes deveriam ter como principal foco diminuir ao máximo as disparidades, já que sempre existiram - e causam prejuízos. Entretanto, tais disparidades vêm crescendo de forma acelerada à medida que novos objetos – como, por exemplo, crises sanitárias, financeiras, humanitárias, entre outros – surgem e acabam por desequilibrar as esferas nacional e internacional. Esses fatores provocam consequências a todos, visto que, com a globalização, quaisquer eventos que ocorrem em um país geram efeitos, benéficos ou não, em outros. E com isso, é importante definir os conceitos de igualdade de oportunidades e de resultados.

A igualdade de oportunidades, que se relaciona diretamente à desigualdade de renda, a qual influencia, ao mesmo tempo, várias dimensões de desigualdade, tal como a diminuição da mobilidade social, busca nivelar os recursos oferecidos às pessoas de diferentes classes sociais e, então, igualar a competitividade e o acesso de forma justa a esses recursos. “Sempre que diminuirmos a igualdade de oportunidades, isso significa que não estamos usando alguns de nossos ativos mais valiosos – nosso pessoal – da maneira mais produtiva possível.” (Stiglitz, 2015, p. 149). Por conseguinte, ao encolher as oportunidades, as chances de se obter uma economia estável diminuem, tendo em vista

que, de acordo com Atkinson (2015), há intensificação da mobilidade social restringida e oportunidades desiguais a partir das disparidades da distribuição de renda e riqueza. Dessa maneira, Stiglitz (2015) explica que a primeira é a causa e consequência da segunda, o que gera ineficiência na economia e no desenvolvimento.

Essas duas concepções devem ser analisadas em conjunto, visto que a oferta justa de oportunidades engendra o surgimento de resultados satisfatórios e, portanto, atenua a desigualdade de resultados. Este último conceito diz respeito às condições econômicas das pessoas – as quais, idealmente devem ser semelhantes – e seus resultados, tendo como base fatores que vão além do controle das pessoas, como bem-estar, renda, gênero, etc., assim como talento e esforço (Afonso; Lafleur; Alarcón, 2015). Enfim, “a desigualdade de resultados entre a geração de hoje é a fonte da vantagem injusta recebida pela próxima geração” (Atkinson, 2015, p. 11).

Por este motivo, a oferta de oportunidades de maneira igualitária tem aspecto definitivo no futuro da sociedade. Nota-se que a dificuldade das pessoas de conseguir melhores condições as acompanha por gerações, como, por exemplo, a dificuldade de conseguir êxito em oportunidades, salários, boas condições de vida para alguém com pais de classe baixa, a falta de oportunidade é muito maior do que a de alguém com pais de classe alta, tendo em vista o grande número de crianças que nascem na pobreza. Isso explicita a necessidade de se resolver o problema da desigualdade desde a infância.

Acerca dos efeitos da desigualdade econômica no mundo, entende-se que, mesmo países ricos, quando comparados com outros, podem apresentar os mesmos ou ainda piores resultados na análise dos efeitos da desigualdade. Essa explicação sustenta-se ao observar que países desiguais com largo crescimento econômico ainda assim apresentam percentuais insatisfatórios nos indicadores de desenvolvimento, bem-estar, entre outros. “Há crescimento na economia à medida que o capital per capita aumenta, mas a parcela do capital na renda nacional aumenta, limitando o benefício aos assalariados.” (Atkinson, 2015, p. 115), ou seja, deve-se analisar as diferentes apropriações de acordo com os extratos de renda, dado que o crescimento apropriado acaba ocultando que a base da população não está incluída na parcela beneficiada pelos ganhos.

Cabe ainda diferenciar renda de riqueza, a fim de entender o caráter desigual que os dois conceitos possuem na esfera econômica. Renda se refere a valores recebidos por um período de tempo, ao passo que riqueza se relaciona ao patrimônio acumulado.

Esses dois termos se integram de forma que a concentração de riqueza e a má distribuição de renda estabelecem a desigualdade econômica. Basicamente, quanto maior a disparidade de renda, mais acentuados são os problemas sociais, econômicos, sanitários, entre outros. O que pode ser visto, de acordo com dados do Banco Mundial, é que a desigualdade afeta não só a base, mas também o topo da sociedade. Portanto, no TED (2011) *How economic inequality harms societies*, Richard Wilkinson explica que os dois seriam beneficiados com uma sociedade mais igualitária, com menor diferença de renda entre a população, de maneira que, assim, a qualidade de vida em sociedade seria muito mais atrativa e justa.

Através disso, nota-se que as sociedades mais desiguais apresentam os maiores percentuais dos indicadores de desigualdade, quando o parâmetro de desigualdade econômica e renda nacional bruta em *purchasing power parity* (PPP) é utilizado em todos os diagnósticos. Isto posto, o PPP é uma moeda utilizada para calcular a proporção equivalente de desigualdade econômica, na qual cada indivíduo possui renda equivalente para adquirir a mesma quantidade de bens e serviços em qualquer lugar do mundo. Tendo em vista que a renda e o custo de vida variam em cada país, se não houvesse essa conversão, os níveis de desigualdade seriam maiores (Milanović, 2013).

Assim sendo, de acordo com Chancel *et al.* (2021), na comparação dos ganhos de riqueza global, a população mais pobre praticamente não detém nenhuma riqueza, somando um total de apenas 2%, enquanto os mais ricos detêm 76% da riqueza global. Já na comparação do ganho de renda, os 50% mais pobres da população representam apenas 8,5%, enquanto os 10% mais ricos representam 52%. Através disso, pode-se entender que a distribuição de riqueza tem se tornado cada vez mais desigual, em que os ricos têm acumulado muito mais riquezas. Por outro lado, os ganhos da parcela mais pobre sempre se mantiveram insuficientes. Assim, a urgência em identificar e examinar a acumulação de riqueza se dá pelos níveis “[...] particularmente extremos: metade da população mundial é quase totalmente privada de riqueza, enquanto os 10% mais ricos possuem quase três quartos dela” (Chancel *et al.*, 2021, p. 88).

DÉCADA DE 1980: A ASCENSÃO DA DESIGUALDADE NOS EUA

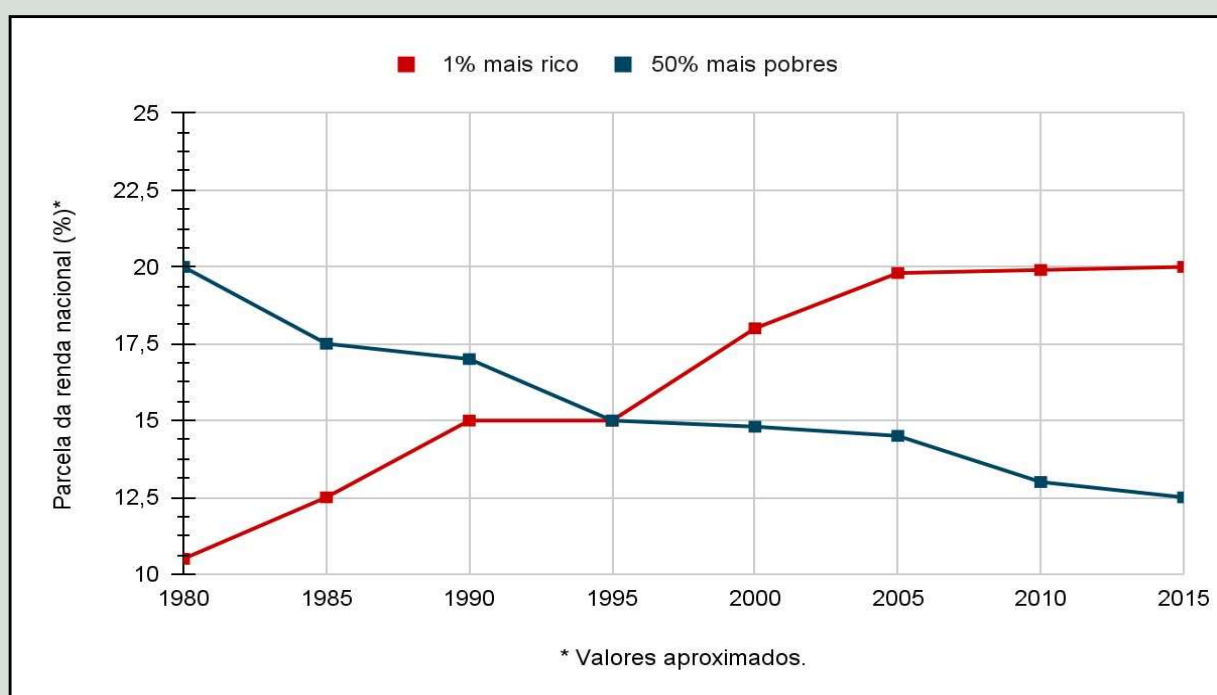
Desde antes da década de 80, aconteceram eventos com profundos impactos mundiais que, de certa forma, geraram influência sobre o aumento da desigualdade de renda e riqueza, tendo em vista que “o declínio histórico da desigualdade nas economias

avançadas em meados do século XX foi impulsionado principalmente pela queda dos rendimentos do capital” (Blanchard; Rodrik, 2021, p. 34-35). A partir disso, houve um aumento excepcional da desigualdade econômica no mundo e, principalmente, nos Estados Unidos, o que se estende até os dias de hoje.

A participação na renda nacional do 1% mais rico aumentou consideravelmente. A partir disso, o que também ocorreu foi que a parcela de riqueza privada também cresceu e se concentrou nas mãos de uma pequena parte da população. Por conseguinte, conforme Blanchard e Rodrik (2021), quando há baixos níveis de riqueza pública, menor é a possibilidade de investimento em bens públicos por parte do governo, já quando há um alto nível de riqueza privada, consequentemente a desigualdade de riqueza é maior, tendo em vista que a acumulação de riquezas se dá de maneira multiplicativa e cumulativa. Desse modo, a distribuição irregular de renda e a acumulação desproporcional de capital – em particular a riqueza privada – fez com que os EUA fossem o país com maior aumento de desigualdade a partir da década de 80.

É visto, então, um aumento significativo nas lacunas de renda entre o 1% mais rico e os 50% mais pobres, como mostra o Gráfico 1. Desde a década de 80, a desigualdade vem crescendo e a parcela mais rica da população parece não ser afetada com a inconstância da distribuição de renda e riqueza. De maneira oposta, a parcela mais pobre da população ficou excluída dos rendimentos, tendo sua participação na renda nacional reduzida em até 7,5%.

Gráfico 1. Porcentagem de desigualdade nos Estados Unidos (1980-2015)



Fonte: Adaptação de Piketty, Saez e Zucman (2018) apud Blanchard e Rodrik (2021, p. 36)

Logo, de acordo com Blanchard e Rodrik (2021), a parcela de riqueza do 1% mais rico voltou aos 40% da distribuição total nos dias de hoje e a parcela do 0,1% aumentou mais ainda, passando de 7%, em 1979, para 20%. Em comparação, países da União Europeia tiveram um rumo moderadamente diferente no mesmo período, em que a renda dos 50% mais pobres aumentou em 40%. Outro dado importante é a ascensão da riqueza privada e a queda da riqueza pública, gerando um grande problema aos países, como nos Estados Unidos, quando a riqueza pública se torna negativa³, ficando claro que “[...] a concentração da riqueza é determinada pela desigualdade das taxas de retorno da riqueza e da taxa de crescimento da renda média, bem como pela desigualdade das taxas de poupança.” (Piketty; Saez, 2014 apud Blanchard; Rodrik, 2021, p. 40).

Segundo Dedecca (2012, p. 451, grifo nosso), “a partir dos anos 1990, são evidentes as novas condições de acumulação de capital que sustentaram o movimento de crescimento das economias desenvolvidas até a emergência real da crise atual”. O autor pontua e enquadra quatro mudanças: a primeira refere-se ao processo de produção das empresas, que, ao descentralizar e terceirizar a produção em larga escala, resultou na depreciação dos salários e das condições de trabalho e tal desvalorização exigiu o retorno da política do salário mínimo (Dedecca, 2012). A segunda se refere à financeirização de empresas e famílias, que resultou em uma certa valorização de resultados de curto e médio prazos, levando à aquisição de bens e serviços rapidamente desvalorizados. Logo, o padrão de consumo se torna mais alto e o financiamento é visto como uma solução para bens e serviços com validade curta. O novo esquema de consumo leva à terceira mudança, a qual se refere à individualização, que esmaeceu representações sindicais, individualizou o padrão de consumo, gerou novas relações de trabalho e salários menores (Dedecca, 2012).

Por fim, a quarta mudança diz respeito à expansão da tecnologia, que, desde sua existência, molda o cenário político, econômico, entre outros é a principal variável de mudança de instituições políticas e econômicas; criando-se então, como explica Dedecca (2012), uma nova era de desigualdade econômica, na qual os rendimentos e salários, denominado renda estável, ganharam nova forma de distribuição, possibilitando a acumulação de capital através de rendas variáveis. A partir disso, a ascensão do Neoliberalismo, primordialmente empregada e disseminada por Ronald Reagan, também é um fator importante a ser destacado para o surgimento do problema.

Por usar de uma política individualista para analisar o mundo, os neoliberais acreditam que cada indivíduo é responsável por suas ações e conquistas – como o bem-estar – entretanto, possuir bem-estar gera dependência. À vista disso, é uma ideologia que, por ser tão difundida, acabou se tornando senso comum e defende baixas taxas, poucos gastos do governo e, principalmente, a liberdade, que significa a aderência de um livre mercado no qual os indivíduos são livres para adquirirem produtos que geram lucros para o capital, a qual, todavia, não é ilimitada e nela o indivíduo não deve usar sua liberdade para contrariar a ideologia.

Por esses motivos, a desigualdade aumentou significativamente após a implementação dessa política, o que culminou em crises financeiras, como a de 2007-2009 e trouxe à tona a necessidade de melhorar as políticas estadunidenses.

Inúmeros fatores podem ser apontados a fim de avaliar o tamanho da desigualdade nos EUA, como a questão do acesso à educação e a urgência de tributar grandes riquezas – capital que poderia ser revertido em melhorias na educação, saúde, entre outros. Tudo isso prejudica indicadores-chave e também resultam em perda de prestígio internacional.

O STATUS ESTADUNIDENSE NO ÂMBITO INTERNACIONAL E SEU DECLÍNIO RELATIVO

Tendo em vista que a desigualdade não está presente exclusivamente em países menos desenvolvidos, essa problemática também afeta os países desenvolvidos e, mesmo sendo tidos como unidades semelhantes por serem soberanos, não significa que estão isentos de serem afetados pelas ações dos que estão ao seu redor (Waltz, 1979). Outro problema é que o crescimento econômico é prejudicado pelo ganho desigual entre as parcelas da população. De acordo com uma análise do *Congressional Budget Office* (2021), o coeficiente Gini⁴ dos EUA aumentou bastante no período de 1979 a 2018.

É possível observar, conforme o *World Inequality Database* (WID, 2022), no mesmo período, o crescimento da concentração de renda e riqueza do 1% mais rico, enquanto a outra porcentagem da população viu seus ganhos dessa participação diminuir significativamente. Em 1980, a renda do 1% mais rico – não incluso os impostos – representava 10,4% da parcela total, ao passo que a renda dos 50% mais pobres representava 20,1%. Em 2021, a renda do 1% mais rico saltou para 19,1%, enquanto a renda

dos 50% mais pobres caiu para 13,6%, uma queda de 6,5%.

Ainda sobre a distribuição de ganhos, no tocante ao coeficiente de Gini, o valor referente aos EUA em 1979 era de 31,5, em 2018, de 41,4 e, no ano de 2019 – o dado mais recente – era de 41,5. Pode-se observar, também, a partir do Human Development Report (HDR), o desempenho dos EUA ao fazer uma comparação a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre países desenvolvidos principalmente. A Noruega está em primeiro lugar na lista, com o IDH de 0,957, seguida da Suíça (3º lugar) com 0,955, da Alemanha (6º lugar) com 0,947 e da Suécia (7º) com 0,945. Já os EUA ocupam o 17º lugar e possuem o índice de 0,926. Portanto, dentre os países mais desenvolvidos, os EUA, mais uma vez, ficam para trás nos indicadores de desenvolvimento humano. Portanto, o acesso a direitos básicos, como saúde, educação e longa expectativa de vida, é primordial para o desenvolvimento de uma nação. Sendo assim, os Estados Unidos precisam melhorar vários aspectos socioeconômicos, que visem ao bem-estar da população, para continuar no topo.

Acerca do enfraquecimento da democracia e declínio relativo, quando grande parte da população está perdendo força – no sentido de que a maioria não consegue alcançar bem-estar social e econômico –, o país também perde. Por conseguinte, esse problema, além de afetar a economia, afeta a segurança e a doutrina democrática de um país. Nesses casos, a população tende a protestar para conseguir seus direitos. Nesse contexto, um evento marcante no tocante a um atentado à democracia foi a invasão do Capitólio, no dia 6 de janeiro de 2021, tendo em vista que a violência, muito mais acentuada em países desiguais, causada também pela radicalização política, acontece quando um Estado se vê em declínio com relação a outro.

Fato é que o patriotismo imoderado dos estadunidenses, junto à sede de defender o país e a bandeira acima de tudo, representa um extremismo e um individualismo. Destarte:

Os americanos são uma das únicas — se não a única — pessoas no mundo que se imaginam ter uma missão global. A competição bem-sucedida de outras nações ameaça esse senso de singularidade e destino nacionais. O aumento da igualdade no exterior não apenas empurra os americanos a fazer ajustes dolorosos em sua identidade no mundo, mas também exige que eles olhem para a condição das coisas em casa (Prowse, 1992, s.p.).

Isso demonstra o crescimento da insegurança nos estadunidenses, tendo em vista que, em se tratando do aumento da desigualdade econômica, a população perde a confiança no Estado, aumentando níveis de insegurança, violência e extremismo. Um

fato a ser destacado é que os EUA, quase sempre, se colocaram como os guardiões dos valores democráticos liberais, mas acontecimentos como esse evidenciam um enfraquecimento democrático. Assim, quando se analisa indicadores não-econômicos, vê-se que os EUA estão andando rumo à polarização, não só econômica, mas também política e ideológica. A partir disso, é necessário deixar de lado o desejo incessante de valorizar apenas o que vem de dentro e começar a se espelhar nas políticas que dão certo.

Ao contrário do que se pensa sobre a desigualdade ser inevitável, muitos países conseguem crescer economicamente e, ao mesmo tempo, diminuir a desigualdade. Os EUA sempre pregaram a ideia de o país ser a terra da oportunidade e de como o resto do mundo estava atrás do famoso sonho americano, porém a realidade é bem diferente. É necessário focar em boas decisões políticas – por exemplo, taxar grandes riquezas – que busquem diminuir essa lacuna entre os mais ricos e os mais pobres.

CONCLUSÃO

É possível perceber que o aumento da desigualdade econômica nos Estados Unidos é o principal motivo do declínio do país. A maioria da população segue estagnada e, mesmo que haja algum crescimento, não é o suficiente se comparado ao crescimento presente na parcela mais rica da população. Dentre os países desenvolvidos, os EUA se destacam ao apresentar altos níveis de desigualdade, o que leva ao aumento da violência, insegurança política, falta de acesso à educação e saúde, e vários outros indicadores importantes para o bem-estar da sociedade, a qual deveria – por estar compreendido na maior potência mundial – ter boas oportunidades e resultados, tal qual se observa em outros países de primeiro mundo. Desse modo, esses fatores econômicos são grandes empecilhos na consolidação, ou conservação, do título de maior potência do mundo. É necessário utilizar boas políticas para reverter a situação, tendo em vista que a convicção estadunidense de ser melhor em todos os aspectos coloca em risco esse poder e posição que o país possui mundialmente.

NOTAS

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília. Email: mafe.assis20@gmail.com.

² Artigo adaptado do Trabalho de Conclusão de Curso “A ascensão da desigualdade econômica nos estados unidos: O declínio relativo do país no âmbito nacional e internacional (1980-2021)”, 2022, disponível em: <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/handle/123456789/14191>.

³ Nesse caso, o valor da dívida pública total excede o valor total de bens públicos e, com isso, os detentores privados da dívida pública acabam por influenciar politicamente as estruturas orçamentárias e fiscais (Blanchard; Rodrik, 2021).

⁴ Na teoria, o coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade a partir da distribuição de renda, em uma escala que vai de 0 a 1, na qual o “zero” representa distribuição igualitária de renda dentre variados grupos e o “um” representa distribuição desigual de renda, em que esta última é concentrada na parcela da população com a renda mais alta (Congressional Budget Office, 2021).

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Helena; LAFLEUR, Marcelo; ALARCÓN, Diana. Concepts of Inequality. **Development Strategy and Policy Analysis Unit in the Development Policy and Analysis Division of UN/DESA**, Development Issues Nº1, p. 1-2, out. 2015. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess_dev_issues/dsp_policy_01.pdf. Acesso em: 21 abr. 2022.
- ATKINSON, Anthony B. **Inequality**: What can be done? Estados Unidos: Harvard University Press, 2015.
- BLANCHARD, Olivier; RODRIK, Dani (ed.). **Combating Inequality**: Rethinking Government's Role. Reino Unido: MIT Press, 2021.
- CHANCELL, Lucas et al. (coord.). World Inequality Report 2022, **World Inequality Lab**, 2021. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/03/0098-21_WIL_RIM_RAPPORT_A4.pdf. Acesso em: 9 abr. 2022.
- CONCEIÇÃO, Pedro et al. (coord.). The next frontier: Human Development and the Anthropocene. Human Development Report 2020. **Human Development Report Office of the United Nations Development Programme**, 2020. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents//hdr2020pdf.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2022.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. Os países desenvolvidos e a desigualdade econômica. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 449-484, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/c9ZRxvrVbcBcKRjV8jxTdSs/?lang=pt#>. Acesso em: 29 abr. 2022.
- MILANOVIĆ, Branko. Global Income Inequality in Numbers: in History and Now. **Global Policy**, v. 4, n. 2, p. 198-208, mai. 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1758-5899.12032>. Acesso em: 7 abr. 2022.
- PROWSE, Michael. Is America in decline? **Harvard Business Review**, jul./ago., 1992. Disponível em: <https://hbr.org/1992/07/is-america-in-decline>. Acesso em: 19 mai. 2022.
- RINALDI, Patrícia Nogueira. A Assimetria Nas Relações Internacionais: Uma Análise Comparativa Do Conceito Para Aron, Bull e Waltz. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 14, n. 1, jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/6341>. Acesso em: 7 abr. 2022.
- STIGLITZ, Joseph Eugene. **The Price of Inequality**: how today's divided society endangers our future. Estados Unidos: W. W. Norton & Company, 2012.

STIGLITZ, Joseph Eugene. **The Great Divide: Unequal societies and what we can do about them.** Estados Unidos: W. W. Norton & Company, 2015.

TED. Richard Wilkinson: How economic inequality harms societies. [S. l.: s. n.], 2011. 1 vídeo (16m). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cZ7LzE3u7Bw&t=732s>. Acesso em: 9 abr. 2022.

THE Distribution of Household Income, 2018. **Congressional Budget Office.** [S.l.], ago. 2021. Disponível em: <https://www.cbo.gov/system/files/2021-08/57061-Distribution-Household-Income.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2022.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics.** Estados Unidos: Addison-Wesley, 1979.

WID. WORLD INEQUALITY DATABASE. **USA.** [S.l.], 2022. Disponível em: <https://wid.world/country/usa/>. Acesso em: 24 mai. 2022.